

Anistia de débito com a Receita deve ser votada

O Plenário do Senado poderá examinar nesta semana dois projetos de lei de conversão (oriundos de medidas provisórias). O primeiro anistia multas, juros e outros encargos de dívidas de até R\$ 10 mil de contribuintes com a Receita Federal, enquanto o segundo autoriza a criação do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE). **6**

Senado pode ter um novo regimento interno

Um novo regimento interno para o Senado poderá ser adotado até o fim do primeiro semestre de 2009. O primeiro passo nessa direção deve ser dado hoje, a partir das 9h30, quando a comissão especial criada para analisar mudanças no processo legislativo da Casa votar o relatório final do senador Gerson Camata. **8**

CPI das ONGs define hoje cronograma de trabalhos

A CPI das ONGs reúne-se hoje, às 14h30, a fim de elaborar um novo cronograma de ações nos próximos meses – a data para o encerramento dos trabalhos é 1º de julho. Na mesma reunião, a CPI deve votar 34 requerimentos, entre eles o que pede a convocação de Elza de Fátima Costa Pereira, mulher do deputado federal Paulo Pereira da Silva. **5**

Três Poderes firmam pacto para facilitar o acesso à Justiça

Lula, Gilmar Mendes, José Sarney e Michel Temer assinam o 2º Pacto Republicano de Estado, em defesa de um sistema judiciário mais acessível, ágil e efetivo. Documento relaciona 17 pontos a serem modificados na legislação e traça novas diretrizes



No Palácio do Buriti, José Sarney assina documento, observado por Gilmar Mendes (E), Lula e Michel Temer



Autoridades e parlamentares, como Osmar Serraglio (2º à esq.), Pedro Simon e Serys Silhessarenko, acompanham solenidade

Esse segundo pacto foi assinado na manhã de ontem pelos presidentes dos três Poderes – Luiz Inácio Lula da Silva (Executivo), Gilmar Mendes (Judiciário), senador José Sarney e deputado Michel Temer (Legislativo). O objetivo é ampliar o acesso de todo cidadão à Justiça, especialmente dos mais necessitados, aprimorar a prestação jurisdicional, por meio da aplicação do princípio constitucional da razoável duração do processo e da prevenção de conflitos, e aperfeiçoar as instituições de Estado e o sistema penal para serem mais efetivos no combate à violência e à criminalidade. Os representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário estabelecem condições de proteção aos direitos humanos fundamentais, criam mecanismos para conferir maior agilidade à prestação jurisdicional e se unem para fortalecer os instrumentos já existentes de acesso à Justiça. O presidente Lula afirmou que o segundo pacto coloca os três Poderes de mãos dadas. Gilmar Mendes citou como pontos importantes a serem modificados o abuso de autoridade, o excesso de medidas provisórias, o funcionamento das CPIs e as regras sobre interceptações telefônicas. Sarney disse que “o Brasil não será um país justo enquanto mais de um terço dos presos forem provisórios”. **4 e 5**

Fotos de Jane Araújo

Proposta integrante da agenda de reformas institucionais do PAC deve ser discutida em audiência com professores, especialistas e representantes de entidades empresariais

CAE debate projeto sobre defesa da concorrência

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje audiência pública para debater projeto de lei que reformula o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Entre as mudanças previstas está a análise antecipada de compras, fusões e incorporações de empresas que possam causar concentração no mercado, prejudicando a livre concorrência. Atualmente, essas operações são analisadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) somente depois de as operações serem concluídas.

A proposta (PLC 6/09), aprovada pela Câmara dos Deputados no esforço de votações do fim do ano passado, tem por finalidade promover um ambiente de negócios mais dinâmico e competitivo, para assegurar o crescimento de longo prazo e a competitividade global das empresas nacionais. Por isso, sua aprovação passou a fazer parte da agenda de reformas institucionais do Plano de Aceleração



Romero Jucá, relator, defende projeto da Câmara

do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo em 2007.

Na CAE, o projeto é relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele recomenda a aprovação da matéria na forma como foi aprovada pela Câmara, como resultado de duas propostas: o PL 3.937/04, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE), que recebeu aprovação final, e o PL 5.877/05, encaminhado àquela Casa pelo governo dois anos antes do lançamento do PAC.

A audiência foi sugerida por meio de requerimentos do próprio relator e por iniciativas

individuais de outros três integrantes da CAE – os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Para o debate, foram convidados os presidentes do Cade, Arthur Badin; da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; e da Companhia de Saneamento Básico do Estado

de São Paulo (Sabesp), Gesner Oliveira, que também já presidiu o Cade.

Entre os expositores, os presidentes do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), Mauro Grinberg, e da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção SP, Pedro Zanota. A mesa de convidados terá ainda José Teixeira, da Procuradoria Regional da República em Brasília, e Carlos Sundfeld, professor da Pontifícia Universidade Católica/SP.

Projeto estende a serviços exame prévio de fusões

Emendas aprovadas pela Câmara ao projeto que reformula o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência determinam o exame prévio, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de atos de concentração econômica decorrentes de compra, fusões e incorporações não somente de empresas fabricantes de produtos, mas também daquelas que atuem no mercado de serviços.

Pelo projeto (PLC 6/09), que será discutido hoje em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o órgão deverá oferecer parecer antecipado às operações em que, de forma cumulativa, pelo menos um dos grupos envolvidos houver obtido, no ano anterior, faturamento bruto anual de R\$ 400 milhões ou mais, e pelo menos outro grupo participante tiver faturamento igual ou superior a R\$ 30 milhões. Na prática, as empresas que se enquadrarem

nesses padrões de faturamento ficam proibidas de concluir aquisições, fusões e incorporações antes do parecer do Cade.

O projeto proíbe operações que provoquem a eliminação da concorrência em "parte substancial de mercado relevante" ou que possam criar ou reforçar uma "posição dominante" em mercado relevante de bens ou serviços – a posição dominante é caracterizada quando uma empresa controla 20% ou mais do mercado relevante ou quando ela é capaz de mudar, por si só, as condições de mercado.

O projeto abre a possibilidade para aprovação de atos de concentração, desde que as operações tenham por objetivo, "dentro dos limites necessários", o aumento da produtividade ou da competitividade das empresas envolvidas, assim como melhorar a qualidade de bens ou serviços ou aumentar a eficiência tecnológica. Nessa

hipótese, o texto determina que seja repassada aos consumidores "parte relevante" dos benefícios decorrentes. Na legislação atual, nesse caso, é prevista a repartição "equitativa" dos ganhos decorrentes. Mas emenda apresentada na CAE por Francisco Dornelles (PP-RJ) modifica esse trecho do projeto, para garantir que, na distribuição dos benefícios, seja garantida "maior proporcionalidade" para os consumidores ou usuários.

Prazos

Depois de alterações na Câmara, os prazos para o Cade emitir parecer serão de 40 a 240 dias – a pedido das empresas, o exame deverá ocorrer sob a garantia de sigilo. Dornelles também apresentou emenda que pode reduzir o prazo de exame para, no máximo, 120 dias.

No Senado, depois do exame na CAE, a matéria será encaminhada ao Plenário.

Em debate, a redução do preço de insumos agrícolas

Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai discutir, na manhã de hoje, alternativas para a redução dos preços de insumos usados na agricultura. Entre os aspectos a serem abordados no debate, destaca-se a busca de mecanismos para reduzir a necessidade de importação de fertilizantes e insumos químicos.

Para expor o assunto, o presidente da CRA, senador Valter Pereira (PMDB-MS), autor do requerimento para realização da audiência, convidou os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e do Núcleo de Assuntos



Valter Pereira (à esq., com Gilberto Goellner) é autor do pedido de audiência

Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger.

Também foram convidados o assistente técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento (Mapa) Ali Alders Saab, bem como representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Petrobrás e da Associação dos Misturadores do Brasil (AMA).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta de votações, porém, está trancada pela MP 449/08 (PLV 2/09), que trata de dívidas tributárias. Às 11h, no Plenário, os senadores participam de sessão especial em comemoração aos 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Presidência

Às 11h, o presidente José Sarney recebe Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, que tratará de questões ambientais; às 11h30, encontra-se com o ministro Milton de Moura França, presidente do Tribunal Superior do Trabalho; participa ainda da abertura da ordem do dia, às 16h.

Escolas do MST vão a debate na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência sobre o fechamento das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre os convidados, estão a coordenadora nacional do MST, Marina Santos, e o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, André Lázaro. Às 9h, sala 2, Ala Nilo Coelho.

Defesa da concorrência na CAE

Às 12h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para instruir o projeto de lei (PLC 6/09) que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa

da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Local: sala 19, Ala Alexandre Costa.

Carteiras escolares

Às 11h, reunião na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Um dos projetos versa sobre a instalação de carteiras escolares para canhotos; outro trata sobre educação integral ou parcial para as crianças de até seis anos de idade (Lei 9.394/96). Local: sala 15, Ala Alexandre Costa.

CPI das ONGs

Às 14h30 será realizada reunião administrativa da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais – a CPI das ONGs. O colegiado deverá discutir, entre outros pontos, o cronograma de trabalho. Local: sala 2, da Ala Nilo Coelho.

Embalagem veterinária

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, na Ala Alexandre Costa, para votar 17 itens. Entre várias matérias a serem apreciadas, está o projeto que trata de medidas para a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Comissão de Juristas

Às 9h, na sala de reuniões do Interlegis, será realizada mais uma reunião da Comissão de Juristas, instituída pela Casa e que vem trabalhando na elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

Crise econômica em pauta

A crise econômica internacional será tema de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, às 10h, na sala 19, Ala Alexandre Costa. Deve participar dos debates como convidado o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

Regimento Interno

A comissão interna criada com o objetivo de apresentar propostas de reforma ao Regimento Interno, visando à modernização do processo legislativo, reúne-se às 9h30, na sala 13, Ala Alexandre Costa.

Fertilizantes, preços e dependência externa

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate em audiência pública alternativas de redução de preços e da dependência externa dos fertilizantes e insumos químicos. Entre outros, estão convidados os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Às 9h30, na sala 7, Ala Alexandre Costa.



Serys propôs a reunião, que deve contar com a presença de ministros

Violência doméstica no campo é tema de audiência na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã, às 9h, audiência pública para debater a violência doméstica no campo, a pedido da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Para tratar do assunto, foram convidados a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o ministro Paulo Vannucchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Também devem participar do debate a coordenadora da Via Campesina Brasil, Maria José da Costa; a coordenadora da Rede Feminina da Marcha Mundial de Mulheres, Nalu Faria; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; e a coordenadora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetraf), Elizângela Araújo.

Eleições

Na primeira parte da reunião, está prevista a eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, subordinada à CDH.

Debate com Tarso Genro será no dia 28

Foi adiada para o dia 28, às 10h, audiência pública com o ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Luiz Fernando Corrêa, sobre a Operação Castelo de Areia.

O debate, promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, havia sido anunciado para hoje, mas foi adiado para adequação à agenda dos convidados.

Os senadores da CCJ querem ouvir do ministro e do diretor da PF explicações sobre investigações feitas pela Polícia Federal, as quais indicam que a empreiteira Camargo Corrêa teria feito doações ilícitas a partidos políticos, superfaturado obras públicas e enviado ilegalmente recursos ao exterior.

Projeto de Alvaro Dias oferecendo garantias especiais a testemunhas de delitos é uma das duas matérias que alteram a legislação penal e serão examinadas na reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioridade penal e proteção a vítimas em depoimentos estão na pauta da CCJ

A REDUÇÃO DA maioria penal e novos mecanismos de proteção à vítima e à testemunha de delito estão entre os assuntos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir amanhã. Esses são os temas de duas matérias que compõem a pauta de votações do colegiado e visam alterar a legislação penal.

A antecipação da idade limite para imputabilidade penal volta a ser examinado pela comissão em razão de duas emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição 20/99, que trata do assunto. Essa proposta tramita em conjunto com as PECs 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04, todas com objetivo semelhante.

O relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO) – que também preside a CCJ –, já emitiu voto contrário ao acatamento das duas emendas.

O substitutivo estabelece que entre 16 e 18 anos o jovem pode ser imputado penalmente se, na época em que cometeu o crime,



Voto de Demostenes é contra as emendas de Plenário ao substitutivo sobre maioria penal

apresentava capacidade para entender a ilicitude de seu ato. A PEC 26/02 também reduz para 16 anos a idade em que o adolescente poderá responder pelo crime cometido, mas somente se for considerado hediondo ou contrário à vida. Já a PEC 90/03 visa à redução da maioria para 13 anos, desde que o crime

praticado seja considerado hediondo. A PEC 9/04 prevê a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a 18 anos. E a PEC 3/01 apenas reduz para 16 anos a idade para que o menor responda por crime.

As emendas apresentadas em Plenário são de Magno Malta (PR-ES) – que sugere a imputabilidade em caso de crimes hediondos para os menores de 18 anos – e de Tasso Jereissati (PSDB-CE), propondo que lei complementar defina os crimes cuja idade limite

de 16 anos não precisará ser observada para que o adolescente seja imputável. A matéria, no formato em que for aprovada, ainda precisará passar pelo exame do Plenário.

Testemunhas

Os senadores da CCJ também devem se manifestar amanhã

quanto ao texto final do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre o PLS 173/01, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

O projeto assegura, entre outros novos mecanismos de proteção à vítima e à testemunha de delito, o direito de não depor na presença do acusado, de familiares ou conhecidos dele. Também garante a possibilidade de depor encapuzado ou usando microfone com modificador de voz.

A proposta objetiva, segundo seu autor, cercar vítimas e testemunhas de garantias especiais para que possam, “segura e tranquilamente”, prestar colaboração em investigações dos delitos.

A matéria, que tramita em decisão terminativa na CCJ, garante ainda à vítima e à testemunha o direito ao sigilo dos respectivos endereços, que não poderão constar dos inquéritos e processos judiciais, e ainda de sala separada da do acusado, enquanto estiverem à disposição do juiz.

Senadores debatem jurisprudência em pequenas causas

A uniformização de jurisprudência quando houver divergência de entendimento nas decisões dos juizados de pequenas causas dos tribunais estaduais será debatida em audiência pública nesta quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O encontro visa instruir a votação de proposta sobre o tema.

Pelo projeto (PLC 16/07), apresentado pelo Executivo, o pedido de uniformização será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que poderá se manifestar apenas em questões de direito material, ou seja, aquelas relacionadas ao fato em discussão e não aos aspectos processuais.

Na última reunião da CCJ, o projeto chegou a entrar na pauta de votação, com pare-



Valter é contrário ao projeto sobre arbitragem do STJ em casos de divergências entre juizados

cer contrário do relator, Valter Pereira (PMDB-MS). De acordo com o senador, a proposta “é uma tentativa de ampliar a

complexidade dos juizados especiais cíveis de todo o país, desvirtuando a operacionalidade processual de que são dotados”.

– Esta proposta vai trazer para o STJ a discussão que hoje é resolvida nos estados. Vai entupir ainda mais o tribunal, que terá que rever questão resolvida nos respectivos estados – argumentou Valter.

Contrário ao relator, Wellington Salgado (PMDB-MG) se manifestou a favor do projeto, o que motivou a realização da audiência.

– Não estou criando problemas para o STJ. Ao contrário, quero que o tribunal decida definitivamente a questão em

caso de dúvidas – explicou.

O requerimento para a realização da audiência foi assinado por Valter Pereira e Wellington Salgado, com o objetivo de orientar os demais colegas sobre a votação da matéria.

Serão convidados para expor o assunto na Comissão de Justiça os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do STJ, respectivamente ministros Gilmar Mendes e César Asfor Rocha; o ex-ministro do STJ Athos Gusmão Carneiro; o desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul Rômulo Letteriello; o vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Vladimir Rossi Lourenço; além de representantes do Ministério da Justiça e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Juristas discutem hoje proposta de novo Código de Processo Penal

A comissão externa criada para elaborar o anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP) realizará hoje sua 11ª reunião, na qual os juristas continuarão a discutir a minuta do anteprojeto do novo código. Nas últimas duas reuniões, realizadas no final de março, o colegiado abordou aspectos relativos ao tribunal do júri e a recursos de embargos declaratórios.

A maioria dos integrantes da comissão concordou em sugerir que, no novo CPP, o tribunal do júri seja composto

por oito membros e que, em caso de empate, o réu seja absolvido. Apesar de o tema ter sido discutido amplamente, essa decisão não foi tomada pela unanimidade dos juristas.

O colegiado também vai incluir a sugestão de que o anteprojeto do novo código limite os recursos de embargos declaratórios a apenas uma oportunidade. A medida po-

derá gerar maior celeridade ao julgamento de recursos nos tribunais brasileiros.

A comissão externa, composta por nove juristas, foi instalada em 2008 por requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O objetivo é atualizar o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), que está em vigor há cerca de 70 anos. O anteprojeto

elaborado será avaliado em audiências públicas para a produção da redação final e poderá contar com contribuições da sociedade. O texto final vai ser examinado pelos senadores.

Desde a sua constituição, a comissão tem recebido sugestões da sociedade – já foram 351 contribuições, a maioria (343) enviada por e-mail. As sugestões podem ser enviadas pelo site <http://www.senado.gov.br/novocpp> ou pelo endereço eletrônico novocpp@senado.gov.br.

Cidadãos podem enviar suas sugestões para a comissão externa por meio da internet

Chefes dos três Poderes assinam pacto por Justiça mais ágil e de fácil acesso

Entre os objetivos do 2º Pacto Republicano estão aperfeiçoar as instituições do Estado para combater a criminalidade, atualizar a legislação penal, disciplinar o uso de algemas pelas polícias e definir condições para a interceptação telefônica

OS PRESIDENTES DOS três Poderes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Executivo), Gilmar Mendes (Judiciário) e senador José Sarney e deputado Michel Temer (Legislativo) assinaram, na manhã de ontem, no Palácio do Buriti, o 2º Pacto Republicano de Estado, em favor de um sistema judiciário mais acessível, ágil e efetivo.

O primeiro pacto foi firmado, também pelos chefes dos três Poderes, em dezembro de 2004, após a promulgação da Emenda Constitucional 45, da reforma do Judiciário. Visava à colaboração recíproca na busca de uma Justiça mais rápida e republicana. Essa interação entre os Poderes seu deu por meio da realização de reformas processuais e na atualização da legislação.

Esse segundo pacto tem por objetivo ampliar o acesso de todo cidadão à Justiça, especialmente dos mais necessitados, aprimorar a prestação jurisdicional, por meio da aplicação do princípio constitucional da razoável duração do processo e da prevenção de conflitos, e

aperfeiçoar as instituições de Estado e o sistema penal para serem mais efetivos no combate à violência e à criminalidade.

Nessa nova agenda conjunta, os representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário estabelecem condições de proteção aos direitos humanos fundamentais, criam mecanismos para conferir maior agilidade à prestação jurisdicional e se unem para fortalecer os instrumentos já existentes de acesso à Justiça.

Em discurso antes da assinatura do documento, José Sarney manifestou sua satisfação em tomar parte do acordo firmado pelos representantes dos Poderes da República.

— Não poderia imaginar maior alegria do que participar, como homem público, da assinatura do primeiro e do segundo Pacto Republicano. O propósito de um pacto como esse é fazer com que o Brasil seja, enfim, um país justo, onde cada brasileiro tenha sua liberdade respeitada — observou o presidente do Senado.

Uma das preocupações do

documento é sistematizar a legislação processual penal, conferindo especial atenção sobre investigação criminal, recursos, prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares, para que sejam evitados excessos. Deve-se disciplinar, por exemplo, o uso de algemas pelas polícias de forma a atender ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Grampos

Os representantes dos três Poderes também se propõem a definir novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, atualizando a Lei 9.296/96, a fim de evitar violação aos direitos fundamentais.

O pacto prevê ainda alterações no Código Penal para tratar dos crimes praticados por grupos de extermínio ou milícias privadas, assim como da legislação sobre crime organizado, lavagem de dinheiro e perda e alienação antecipada de bens apreendidos, no sentido de tornar mais eficiente a persecu-

ção penal.

Outro propósito é a revisão da Lei de Execução Penal, no sentido de aperfeiçoar o sistema carcerário, garantindo tanto a função ressocializante da pena quanto a segurança pública. Nessa mesma linha, as normas que definem o abuso de autoridade devem sofrer mudanças a fim de incorporar os atuais preceitos constitucionais de proteção e responsabilização administrativa e penal dos agentes e servidores públicos em eventuais violações aos direitos fundamentais.

Por esse pacto, deve ser ainda aperfeiçoado o Programa de Proteção à Víctima e Testemunha, do Ministério da Justiça, para garantir maior segurança e assistência ao beneficiário da proteção, assim como a legislação trabalhista, visando ampliar, em especial, a disciplina de novas tutelas de proteção das relações de trabalho.

Outra novidade consistirá na adoção de novas regras de atuação das comissões parlamentares de inquérito criadas pelo Legislativo.

Sarney enaltece diálogo e cooperação

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou o êxito do 1º Pacto Republicano, assinado em 2004. Ele observou que neste momento os três Poderes da República repetem o esforço para tornar o país mais justo.

— O Brasil não será um país justo enquanto mais de um terço dos presos forem provisórios, tendo sua liberdade limitada enquanto pendente de julgamento seu processo. Nesse sentido, o sistema de justiça social deve ser capaz de entregar a decisão final do processo penal em tempo adequado, o que traduziria, aliás, o princípio constitucional da razoável duração do processo. É nessa direção que caminha este pacto — afirmou.

O presidente do Senado também disse que o Brasil não será um país justo enquanto um trabalhador que labute por 20 anos na mesma empresa possa ser demitido após um aviso prévio de apenas 30 dias. Ele salientou que a Constituição brasileira estabelece expressamente que o aviso prévio deve ser proporcional ao tempo de serviço.

Sarney sustentou que nenhum país é justo enquanto o Código de Processo Penal permitir subterfúgios que dificultem

a prestação jurisdicional, consentindo que advogados hábeis arrastem processos indefinidamente. Para isso, disse ele, o Senado Federal mantém hoje em funcionamento uma comissão de juristas que se dedica a formular um anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, cuja discussão legislativa e aprovação é uma das metas do pacto.

O senador condenou o foro privilegiado quando este leva à impunidade.

— Ainda o Brasil não será um país justo enquanto o foro por prerrogativa de função servir de barreira à persecução criminal. Determinadas autoridades devem ser julgadas por tribunais superiores para garantir a independência dos julgadores e evitar eventuais perseguições indevidas da parte de juizes monocráticos, mas isso não pode se converter em empecilho ao seu julgamento — frisou.

De acordo com Sarney, a atuação e os métodos da polícia são fundamentais para que os objetivos traçados pelo Pacto Republicano sejam alcançados.

— Aliás, a atuação da polícia é duplamente importante: num primeiro momento, para

respeitar os direitos humanos durante as etapas investigatórias e, num segundo momento, a qualidade das provas e a forma de condução dessa investigação são fundamentais para garantir a responsabilização, pelo Judiciário, daqueles que cometerem delitos. É essa coordenação entre os Poderes que necessitamos hoje para o país — assinalou.

Ele afirmou também que, quando a Constituição federal prevê que os Poderes sejam independentes e harmônicos entre si, na verdade estimula que eles dialoguem e estabeleçam prioridades e metas a serem buscadas. Em sua opinião, as tensões eventualmente existentes, naturais no processo democrático, devem ser resolvidas com base no diálogo e na cooperação.

— Só assim o Estado caminhará na direção por todos nós desejada — ressaltou José Sarney.

Mãos dadas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que o 2º Pacto Republicano é uma iniciativa que coloca os três Poderes de mãos dadas e garantiu que nada os demoverá da ideia de tornar a Justiça brasileira cada

vez mais respeitada.

— De médico e justiça ninguém precisa em tempos bons. Só se precisa em tempos maus. Portanto, que Deus nos abençoe. Que a gente, daqui a um ano, esteja aprovando tudo que está enviando agora ao Congresso Nacional — observou Sarney.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, salientou que a reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45) resultou do primeiro pacto.

O ministro destacou o papel do Legislativo na concretização dos objetivos do segundo pacto.

— Só um Congresso permanentemente aberto, ativo e altivo pode garantir o Estado democrático de direito — observou.

Gilmar Mendes citou como pontos importantes a receberem tratamento legal a questão do abuso de autoridade, o excesso de medidas provisórias, o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito e as novas regras sobre interceptações telefônicas. No âmbito do Judiciário, o ministro apontou a necessidade de uniformizar os juizados especiais federais e cíveis.



Presidente do Senado discursando na solenidade de assinatura do compromisso republicano: "Sistema de Justiça deve ser capaz de entregar decisão final do processo penal em tempo adequado"

Documento lista 17 pontos para melhorar atuação do Judiciário

A fim de garantir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, o 2º Pacto Republicano, assinado ontem pelos chefes dos três Poderes, elenca 17 pontos a serem reformulados na legislação vigente e traça novas diretrizes de atuação do Judiciário. São eles:

- 1 Conclusão da reforma constitucional do Poder Judiciário e das normas relativas ao funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, em especial das propostas de Emenda à Constituição 358/05 e 324/09.
- 2 Aprimoramento normativo para maior efetividade do pagamento de precatórios pela União, estados, Distrito Federal e municípios.
- 3 Regulamentação do processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
- 4 Regulamentação do processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- 5 Normatização da convocação de juizes para instrução de ações penais originárias nos tribunais superiores.
- 6 Revisão de normas processuais, visando agilizar e simplificar o processamento e julgamento das ações, coibir atos protelatórios, restringir hipóteses de reexame necessário e reduzir recursos.

- 7 Aperfeiçoamento do sistema de execução trabalhista para incorporar aprimoramentos já adotados no processo de execução civil.
- 8 Aperfeiçoamento do recurso de revista, do recurso ordinário e do procedimento sumaríssimo no processo trabalhista.
- 9 Instituição de sistema de uniformização de jurisprudência no âmbito dos juizados especiais estaduais, na esteira do sistema federal.
- 10 Estruturação das turmas recursais dos juizados especiais federais.
- 11 Revisão da legislação referente à cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, com vistas à racionalização dos procedimentos em âmbito judicial e administrativo.
- 12 Atualização do Código de Defesa do Consumidor, com o objetivo de conferir eficácia executiva aos acordos e decisões dos Procons, quanto aos direitos dos consumidores.
- 13 Regulamentação da responsabilidade civil do Estado para estabelecer formas de reparação, em especial no âmbito administrativo, de danos provocados pelo poder público, bem como as formas de regresso em relação aos seus causadores.

- 14 Revisão da Lei de Improbidade Administrativa, assegurando maior eficácia na recuperação de ativos, aprimorando a gestão da administração pública e prevenindo ações indevidas e malversação de recursos públicos.
- 15 Criação de colegiado para julgamento em primeiro grau nos casos de crimes de organizações criminosas, visando trazer garantias adicionais aos magistrados, em razão da periculosidade das organizações e de seus membros.
- 16 Atualização da Lei Orgânica da Magistratura.
- 17 Nova disciplina constitucional para medidas provisórias.

Compromissos

Para a realização dos objetivos estabelecidos no 2º Pacto Republicano, os chefes dos três Poderes assumiram os seguintes compromissos:

- a) criar um Comitê Interinstitucional de Gestão do presente Pacto Republicano de Estado;
- b) conferir prioridade às proposições legislativas relacionadas aos temas indicados, entre as quais se destaca a continuidade da reforma do Judiciário, a democratização do acesso à Justiça, inclusive mediante o fortalecimento das defensorias públicas, a efetividade da prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados à sociedade;
- c) incrementar medidas tendentes a assegurar maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, em especial a concessão e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais;
- d) fortalecer a mediação e a conciliação, com maior pacificação social e menor judicialização;
- e) ampliar a edição de súmulas administrativas e a constituição de câmaras de conciliação;
- f) celebrar termos de cooperação entre os Poderes com o objetivo de intensificar ações de mútuo benefício para o monitoramento da execução penal e das prisões provisórias;
- g) incentivar a aplicação de penas alternativas;
- h) integrar ações de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou em situação de risco e promover medidas de aprimoramento do sistema de Justiça em que se insere o menor em conflito com a lei;
- i) aperfeiçoar a assistência e o Programa de Proteção à Víctima e à Testemunha;
- j) estruturar e apoiar as ações dos órgãos de controle interno e ouvidorias do sistema de Justiça;
- l) melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, possibilitando maior acesso e agilidade, mediante a informatização e o desenvolvimento de programas de qualificação dos agentes e servidores do sistema de Justiça;
- m) fortalecer o exercício do direito fundamental à ampla defesa e da advocacia; e
- n) viabilizar os recursos orçamentários necessários à implantação dos programas e ações previstos neste pacto.

CMA vota pedido de auditoria do TCU em cartões corporativos

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) analisa hoje requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria nos gastos com cartões corporativos da Presidência da República durante o primeiro trimestre.

A CMA poderá votar projeto (PLS 718/07) que trata da devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário, para impedir danos às pessoas, aos animais e ao meio ambiente. A proposta é de Gerson Camata (PMDB-ES) e tem relatório favorável de César Borges (PR-BA).

A comissão também examinará dois requerimentos de João Pedro (PT-AM) para realização de audiência pública. A primeira, conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), deve debater a Medida Provisória 459/09, que trata da regularização fundiária da Amazônia, com representantes do Greenpeace e das confederações da Agricultura e Pecuária



Marisa solicita investigação de gastos com cartões no primeiro trimestre

do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O segundo requerimento propõe audiência pública conjunta com a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas para debater o impacto das alterações do clima nas áreas social, ambiental e econômica.

A pauta inclui também requerimento de audiência pública, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para debater a formação de preços de combustíveis. A audiência será conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

CPI das ONGs elabora novo cronograma de trabalho

A comissão parlamentar de inquérito que investiga possíveis irregularidades em organizações não governamentais (CPI das ONGs) reúne-se hoje para elaborar novo cronograma de trabalho. A ideia é dar maior celeridade aos trabalhos do colegiado, que tem prazo final de encerramento em 1º de julho.

Na mesma reunião, a CPI deve votar 34 requerimentos, entre eles o do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que pede a convocação de Elza de Fátima Costa Pereira, mulher do deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) — o Paulinho da Força —, fundador da ONG Meu Guri.

Caso compareça à CPI, Elza Pereira, que presidiu a ONG, deverá esclarecer a aplicação de R\$ 6 milhões destinados à entidade

pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outro requerimento a ser votado, também de autoria de Raimundo Colombo, pede a quebra dos sigilos bancário e fiscal da ONG Meu Guri.

A CPI também deve votar pedidos de quebra dos sigilos bancário e fiscal de entidades acusadas de malversação de dinheiro público. Também consta da pauta de votação a quebra dos sigilos da Fundação Universidade de Brasília (Fubra), que recebeu recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília.

A Finatec é um dos principais alvos da CPI e está sendo investigada pelo Ministério Público Federal.

Ministro discute situação de fundações de apoio à pesquisa

O ministro da Educação, Fernando Haddad, virá ao Senado amanhã para discutir com os senadores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) a situação das fundações de apoio às universidades, bem como o gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil. A iniciativa foi do presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e dos senadores Flávio Arns (PT-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Ao justificar o requerimento da audiência, Flexa Ribeiro informou que recente acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) impôs restrições ao funcionamento das fundações de apoio à pesquisa e às suas relações com as instituições universitárias, ao tratar da publicidade e transparência dos convênios.

Para debater o tema também



Flexa Ribeiro: acórdão do TCU restringiu atividade de instituições

foram convidados a secretária de Controle Externo do TCU em Minas Gerais, Neusa Coutinho Affonso; o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ronaldo Pena; o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Jacob Palis; e o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior (Confies), Paulo Bracarense.

Antes da ordem do dia de hoje, da qual consta anistia a pequenas dívidas com a Receita Federal, o Plenário comemora os 40 anos da ECT

Sessão especial pelos 40 anos da ECT

O Senado realiza sessão especial hoje, às 11h, para comemorar os 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que atualmente emprega 115 mil trabalhadores, segundo informação da instituição. O requerimento solicitando o evento é de autoria de Wellington Salgado (PMDB-MG).

O senador salientou que o serviço postal brasileiro é tricentenário, pois surgiu em 25 de janeiro de 1663, por intermédio do Regimento Real, foi sucedido pelo antigo Departamento de Correios e Telégrafos e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), criada no dia 20 de março de 1969 como empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações.

Abertura do mercado de resseguros

O período do expediente que antecede a sessão plenária do Senado de amanhã, às 14h, será destinado à comemoração do primeiro ano de abertura do Mercado de Resseguros do Brasil, celebrado no dia 17 de abril. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – autor do requerimento solicitando o evento – disse que a abertura desse mercado foi um dos passos mais importantes na história do setor de seguros, cujos benefícios se estenderão a todos os segmentos da economia.

– Depois de quase setenta anos de monopólio estatal, entram em vigor as normas que permitem a empresas da iniciativa privada operar no mercado de resseguros.

Defensoria Pública a cargo do DF

O Plenário do Senado realiza hoje a segunda sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública da Capital.

Gim Argello argumenta que a proposta (PEC 07/08) apenas visa adequar o texto constitucional à realidade, uma vez que a União nunca exerceu essa competência. O senador explica que o Distrito Federal tem em sua estrutura um órgão que exerce a função de Defensoria Pública do Distrito Federal. Trata-se do Centro de Assistência Judiciária/DF (Ceajur).

Prioridade a idoso na compra de casa

Pode ser apreciado em Plenário nos próximos dias projeto de lei de autoria do então deputado federal Tarcísio Zimmermann que altera o chamado Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). A proposta assegura que pessoas com mais de 60 anos tenham prioridade na compra de unidades residenciais térreas nos programas habitacionais promovidos ou financiados pelo poder público.

O projeto (PLC 156/08) já recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi relatado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Estímulo a recuperação de área degradada

O Plenário pode votar amanhã a proposta que concede incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura. O projeto tem parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde foi relatado por Gilberto Goellner (DEM-MT).

De autoria do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta (PLC 78/08) estende os benefícios previstos na Lei 8.171/91 aos produtores que adotarem sistemas integrados agroflorestais, agropastoris ou agrossilvopastoris, desde que voltados para a recuperação de áreas degradadas ou em fase de degradação.



Pauta inclui projeto de lei de conversão que cria o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica

Plenário examina anistia a dívidas de até R\$ 10 mil

O PLENÁRIO DO Senado examinará, a partir de hoje, o projeto que anistia multas, juros e outros encargos de dívidas de até R\$ 10 mil de contribuintes com a Receita Federal. Também está na pauta a proposta que autoriza a criação do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE), a ser administrado por um banco federal.

Esses dois projetos de lei de conversão (PLV 02/09 e PLV 03/09), oriundos das medidas provisórias 449/08 e 450/08, terão prioridade de votação sobre projetos de lei, pois foram assinados pelo presidente da República há mais de 45 dias.

Assinada por Lula no ano passado, a MP 449/08 não apenas anistia as dívidas de até R\$ 10 mil, mas também estabelece novas regras para parcelamento de débitos de tributos federais, inclusive para quem desistiu ou foi excluído de programas anteriores de refinanciamento.

Este é o quarto programa de parcelamento de dívidas federais adotado desde 2000, três deles na gestão Lula.

Previsão

No caso da anistia de dívidas, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional previu na época da edição da MP 449/08 (novembro passado) que o valor total do perdão poderia chegar a R\$ 3,56 bilhões. Até o último dia 2, conforme balanço da Procuradoria, mais de 1,1 milhão de empresas e pessoas já haviam sido beneficiadas, com o perdão de dívidas pouco superior a R\$ 3 bilhões. É um valor baixo quando comparado ao total da dívida ativa da União, de R\$ 651 bilhões.

A medida provisória oferece reduções que chegam a 100% das multas e dos encargos legais e a 30% dos juros, nos casos de pagamento à vista ou parcelamento em até seis meses. O relator da matéria é Francisco Dornelles (PP-RJ).

O segundo PLV da pauta do Plenário (PLV 03/09), que cria o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica, prevê que ele dará garantia a bancos que financiem a construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão de energia, desde que os projetos façam parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As usinas de Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), devem ser os primeiros empreendimentos beneficiados.

A Medida Provisória 450/08 previa que o fundo só daria garantia a projetos que tivessem a participação de empresas estatais do governo federal da área energética. Emendas aprovadas pelos deputados, no entanto, estenderam o mecanismo às empresas estaduais, desde que as respectivas assembleias legislativas autorizem os governos estaduais a participarem do fundo como cotistas, destinando recursos ao FGEE.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Exposição com as principais capas será inaugurada hoje para lembrar a data. Leitores também comentam os quase 15 anos da publicação

Jornal do Senado comemora a edição nº 3.000

CIRCULARÁ NA PRÓXIMA quinta-feira a terceira milésima edição do **Jornal do Senado**, que, desde 4 de maio de 1995, divulga as atividades políticas e institucionais da Casa. O jornal passou a ser veículo oficial do Senado em 15 de novembro de 1996, com a publicação do Ato 20 da Mesa. À época, o senador José Sarney presidia o Senado pela primeira vez.

Segundo o diretor do jornal, Davi Emerich, a importância do veículo está ligada à função do jornalismo público, de dar espaço e transparência aos fatos institucionais de um poder republicano, indepen-

dentemente de quem ocupe os cargos eletivos.

– O jornal reflete a atuação dos senadores e leva ao público externo todos os fatos das atividades legislativas. Cumpre um papel imprescindível, pois cria uma alternativa de informação ao cidadão, em vez de confrontar com os outros veículos de informação. Acaba sendo uma fonte complementar de informação e quem ganha é a democracia – salienta o diretor.

A tiragem inicial do **Jornal do Senado** era de 1.500 exemplares. Atualmente, o jornal tem três versões: a diária, que circula no Distrito Federal de

terça a sexta-feira; a semanal, distribuída em todo o país às segundas-feiras; e uma edição mensal impressa em braile.

No *site* também é possível ver a versão animada em *flash*. O endereço é www.senado.gov.br/jornal.

Desde que começou a circular, o jornal já passou por três formatos. Até a edição 487, era impresso em papel A4 (21cm x 29,7cm). Em 23 de junho de 1997, circulou a primeira edição no chamado formato tablóide

(29cm x 35,5cm). O formato atual – tablóide alemão – (29cm x 44cm) foi adotado em 30 de agosto de 2004 pela edição semanal e em 11 de junho de 2008 pelo diário.

Em seus quase 15 anos de existência, vários encartes temáticos foram publicados pelo **Jornal do Senado**. Em 12 de maio de 2008, na comemoração dos 120 anos da assinatura da Lei Áurea – que aboliu a escravidão no Brasil –, um suplemento de oito páginas

fez uma reconstituição histórica, com o formato de jornal de 1888. Foram pesquisados assuntos que estavam em debate no período. Também se discutiram em encartes temas como educação, segurança e infraestrutura, entre outros.

As matérias do **Jornal do Senado** são produzidas pela Agência Senado, em sua maioria, e por uma equipe própria da publicação.

Para comemorar a edição 3.000, será inaugurada hoje, na Senado Galeria, exposição com algumas das principais capas do jornal. A mostra poderá ser vista até sexta-feira.



11 DE MAIO DE 1995
As dificuldades da agricultura são o tema da manchete. O senador Júlio Campos (PFL-MT) pede a revisão do Imposto Territorial Rural (ITR). Ramez Tebet (PMDB-MS) afirma que as dificuldades levaram à decretação de estado de emergência em Chapadão do Sul (MS). E Roberto Freire (PPS-PE) fala sobre uma crise no Incria.



7 DE FEVEREIRO DE 1996
O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) diz ser inadmissível o plano de demissão de 10 mil funcionários pelo Unibanco, que havia recebido ajuda financeira do governo para garantir a fusão com o Banco Nacional. Ele lembra que somente no estado de São Paulo, naqueles dias, havia mais de 1 milhão de desempregados.

Para o leitor, cidadania e informações sobre a atuação parlamentar

“Sou sindicalista e leitor do *Jornal do Senado* desde 2000. Quando recebo o jornal, recorro as notícias de maior interesse e coloco nos murais das escolas, hospitais e órgãos públicos para que outras pessoas possam ter acesso ao que foi decidido no Congresso Nacional. Muita gente ainda não conhece o jornal, por isso acho fundamental que vocês divulguem mais este veículo.

“Há cinco anos recebo o *Jornal do Senado* e acho que a sua leitura contribui para formar a cidadania. Sou funcionário público e gosto de discutir, com os meus filhos, a vida política no Congresso e os projetos que são aprovados. Um ex-vereador amigo meu, José Alves, me incentivou a assinar o jornal, e desde então tenho acompanhado de perto as transformações, as melhorias nas edições e nas reportagens.

“Sou estudante de Ciências Contábeis, e o *Jornal do Senado* tem me ajudado muito a acompanhar não apenas assuntos da área, mas o debate político e os temas de interesse da população. Gosto especialmente da página de *Cidadania*, que aprofunda as informações sobre questões de saúde, previdência, justiça, que mexem com o dia a dia de cada um de nós.

“Aqui em União dos Palmares conheço outras pessoas que, como eu, leem o *Jornal do Senado*. Assim a gente pode acompanhar de perto o que fazem os nossos políticos em Brasília, como o Fernando Collor e o Renan Calheiros. Gosto muito das reportagens e só lamento a demora do jornal em chegar à nossa cidade. Muitas vezes, recebemos duas edições ao mesmo tempo e as notícias ficam velhas.

“Gostaria de agradecer ao *Jornal do Senado* por trazer informações tão importantes para o cidadão brasileiro. Espero que continue a trazer notícias tão relevantes para a população brasileira.”

Claudio Guevara Santiago, de Maracás (BA)

Alvino Pires, de Taguatinga (DF)



23 DE NOVEMBRO DE 1995
O *Jornal do Senado* noticia a aprovação do projeto de lei que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão. A decisão valia para todos os poderes públicos e atingia familiares até o terceiro grau, como tios e sobrinhos. Enviada para a Câmara dos Deputados, a proposta não teve prosseguimento.



10 DE JULHO DE 1996
A TV Senado foi inaugurada em 9 de julho de 1996. No dia seguinte, era manchete no *Jornal do Senado*, que ressaltou o papel da emissora na divulgação, de forma transparente e detalhada, da atividade parlamentar. Na cerimônia, o presidente da Casa, senador José Sarney, afirmou que a emissora seria um serviço à democracia.

Simony Rosa do Nascimento, de Rondonópolis (MT)

Marcos Felipe Batista da Silva, de União dos Palmares (AL)

Mortes de dois deputados federais no fim de semana fazem Senado levantar sessão plenária, depois de breves discursos exaltando suas carreiras na vida pública

Plenário homenageia o ex-senador Carlos Wilson

OS SENADORES PAULO Paim (PT-RS), Osmar Dias (PDT-PR) e Papaléo Paes (PSDB-AP) apresentaram ontem, em Plenário, voto de pesar pelo falecimento do deputado federal Carlos Wilson (PT-PE). Eles quiseram ainda a observância de um minuto de silêncio, o levantamento da sessão e o envio de condolências à família do falecido.

Carlos Wilson foi governador de Pernambuco, senador, secretário de Irrigação Nacional no governo Itamar Franco, e presidente da Infraero no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva. O deputado morreu no último sábado, vítima de câncer, aos 59 anos. Ele estava internado há 20 dias em hospital do Recife.

Em breve discurso, Paulo Paim, representando o PT, recordou a orientação recebida de Carlos Wilson sobre o funcionamento do Senado, no início de seu mandato de senador, em 2003.

– Quando cheguei à Casa, fui eleito já como 1º vice-presidente da Mesa pela grandeza dos se-



Carlos Wilson foi ministro da Integração Nacional e governador de Pernambuco

nhores. E me lembro que Carlos Wilson estava terminando seu mandato. Pedi a ele que falasse um pouco da Mesa do Senado. Ele me recebeu e me deu toda a orientação. Estava terminando seu mandato e me disse exatamente, como entendia, de que forma eu poderia auxiliar os trabalhos da Mesa – relatou Paim.

Falando em nome do PDT, o senador Osmar Dias elogiou o ex-senador por sua habilidade

em cultivar amizades e respeitar as pessoas.

– Carlos Wilson sabia realmente cultivar amizades e respeitar as pessoas. Passou por este Senado sendo respeitado por todos, praticamente, porque sempre respeitou a todos – afirmou.

Por sua vez, Papaléo Paes, representando a bancada do PSDB, considerou o falecimento de Carlos Wilson uma grande perda para o Congresso Nacional.

Um político conciliador e preocupado com o país

O corpo do ex-senador Carlos Wilson foi enterrado domingo no cemitério Morada da Paz, em Paulista, região metropolitana do Recife. Há cinco anos, ele lutava contra um câncer iniciado nos rins e que, posteriormente, atingiu os ossos. Seu corpo foi velado no hall do Palácio Campo das Princesas, com o caixão coberto pelas bandeiras do Brasil, de Pernambuco e do clube de futebol pelo qual torcia – o Náutico.

No Senado, Carlos Wilson deixa, entre a maioria dos senadores, a imagem de político conciliador e preocupado com os destinos do país. Cultivava amigos independentemente

da condição partidária, desde que se elegeu, aos 23 anos, deputado federal. De acordo com o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), “amizade era o seu maior patrimônio, e sua luta pela vida foi exemplo de coragem e determinação”.

Wilson foi eleito para três mandatos seguidos na Câmara dos Deputados – pela Arena, em 1974 e em 1978, e pelo PMDB, em 1982. Quatro anos depois, tornou-se vice-governador de Pernambuco, na chapa de Miguel Arraes. Em abril de 1990, assumiu o governo do estado por um período de 11 meses. Em 1992, foi nomeado secretário nacional de Irrigação. Dois anos

depois, foi para o PSDB e venceu a eleição ao Senado, para o período de 1995 a 2003, quando se transferiu para o PTB e, posteriormente, para o PT, agremiação pela qual se elegeu em 2006 para o último mandato como deputado. Ele também pertenceu ao PPS.

Como senador, propôs emenda constitucional prevendo a suspensão do mandato de parlamentar que responde a processo por ferir o decoro. Apresentou também emenda à proposta de reforma da Previdência Social, dispensando precatórios judiciais para pagamento de obrigações de pequeno valor pelas fazendas federal, estadual e municipal.

Senadores lamentam falecimento de João Herrmann

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), lamentou ontem, em Plenário, a morte do deputado federal João Herrmann (PDT-SP), seu correligionário e amigo da família. A sessão plenária foi suspensa em memória de Herrmann e do também deputado e ex-senador Carlos Wilson, ambos falecidos no fim de semana.

Osmar disse ter recebido com tristeza a notícia da morte de Herrmann, e lembrou que ele viveu intensamente e com alegria, tendo sempre uma palavra de estímulo para aqueles com quem convivia.

O senador informou que Herrmann foi prefeito de Piracicaba (SP) exatamente na época em que Osmar se casou naquela cidade, a qual também frequen-



João Herrmann: “Sempre uma palavra de estímulo aos que conviviam com ele”

tou bastante em sua juventude. Osmar Dias citou um dos últimos eventos de que participou ao lado de Herrmann – um almoço na casa do deputado – quando

conversaram a respeito do futuro do PDT e sobre a possibilidade de o partido ter candidatos aos governos estaduais.

Há 15 dias, disse ainda o senador, encontraram-se no aeroporto e falaram do futuro do partido no Paraná, estado pelo qual o deputado se interessava, por ter irmãos lá estabelecidos como empresários – um dos motivos, explicou o senador, para a estreita convivência entre ambos.

O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos autores do requerimento de pesar, ao lado de Osmar Dias e Papaléo Paes (PSDB-AP), também lamentou a perda dos dois deputados e frisou que as assinaturas do requerimento de pesar representavam o sentimento dos 81 senadores.

Comissão define hoje projeto de novo regimento interno

Um novo regimento interno poderá ser adotado pelo Senado até o final deste semestre. Um grande passo deve ser dado hoje, a partir das 9h30, quando a comissão especial que estuda mudanças no processo legislativo da Casa votar o relatório final, elaborado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Segundo a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, a reformulação regimental deve se dar em duas vertentes principais: agilizar o processo legislativo – resguardando, entretanto, o aprofundamento do debate parlamentar – e modernizar suas práticas com o uso de novas tecnologias da informação.

Cláudia dirigiu o grupo de trabalho formado por servidores da Secretaria Geral da Mesa e das consultorias Legislativa e de Orçamento da Casa que, entre março e setembro de 2008, avaliou e consolidou propostas de mudança em anteprojeto

apresentado, em novembro, à comissão.

Com mais de 400 artigos, um dos destaques da proposta do novo regimento é a ampliação do número de matérias a serem votadas em decisão terminativa nas comissões. O presidente da comissão especial, senador Marco Maciel (DEM-PE), já havia apontado essa alteração como um meio de fortalecer o papel das comissões, além de reduzir o número de projetos examinados em Plenário.

Ainda na perspectiva de acelerar o processo legislativo, Cláudia Lyra assinalou como inovação a adoção da emenda aglutinativa, que precisa ser assinada pela maioria dos senadores ou dos líderes partidários. Conforme explicou, a emenda aglutinativa não é analisada por comissão, sendo votada diretamente em Plenário.

O novo regimento interno do Senado irá tramitar na forma de projeto de resolução.



Segundo Maciel (entre Camata e Valadares), mudança fortalecerá comissões

Audiência debate fechamento de escolas do MST

As comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação (CE) realizam hoje, a partir das 9h, audiência pública conjunta para discutir o possível fechamento de escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. O requerimento é de autoria dos senadores petistas Paulo Paim (RS), Fátima Cleide (RR) e Serys Silhessarenko (MT).

O fechamento foi determinado recentemente pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Serys, que é contra a medida, argumenta que é preciso discutir o assunto para evitar que as escolas sejam desativadas e também para que não ocorra o mesmo em unidades do MST localizadas em outros estados.

Entre os convidados para participar da audiência pública, estão Marina dos Santos, da coordenação nacional do MST; André Lázaro, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; Mariza Abreu, secretária de Educação do Rio Grande do Sul; Gilberto Thums, procurador de Justiça do estado; e Dionilso Marcon, deputado estadual.

Interlegis poderá discutir mudanças climáticas

Está prevista para esta quinta-feira a reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, na qual Romeu Tuma (PTB-SP) fará exposição das propostas apresentadas em reunião anterior pelo diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), José Dantas Filho.

Na ocasião, Dantas Filho sugeriu que as audiências públicas da comissão sejam acompanhadas pelas assembleias legislativas e câmaras municipais por meio de videoconferências.

Propôs ainda a implementação de comunidades virtuais pelas assembleias legislativas e câmaras municipais para debaterem diversas questões relativas às mudanças climáticas.



Tuma exporá propostas da comunidade virtual do Legislativo à comissão mista